

Novo coronavírus atinge asilos em cidades de São Paulo

Em alguns municípios paulistas, a pandemia do novo coronavírus atinge instituições de longa permanência de idosos. Até o momento, a cidade de Piracicaba registra 15 mortes por covid-19, sendo que a última delas, ocorrida na segunda-feira (11), é de uma residente do asilo Bem Viver. Ela tinha 86 anos de idade.

O Ministério Público de São Paulo vem acompanhando os casos da doença nesses lo-

cais. Por meio do Centro de Apoio Operacional Cível, o órgão mantém um levantamento que, até a tarde da última segunda-feira, indicava 15 mortes por covid-19 confirmadas e oito óbitos cuja relação com a doença ainda não foi esclarecida. O balanço também contabiliza 75 casos de infecção confirmados e 29 suspeitos.

No último dia 3, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) emitiu nota alertando para o

avanço do novo coronavírus no interior do país.

No comunicado, a entidade destaca que a covid-19 tem se proliferado, tanto em cidades grandes como naquelas de menor porte.

O processo de interiorização do vírus gera preocupação quanto à taxa de ocupação de leitos hospitalares e à rede de saúde, já que pacientes de municípios menores podem acabar se dirigindo a grandes centros urbanos para receber atendimento.

Em Piracicaba, a circulação do vírus entre profissionais e moradores do Lar Betel demandou resposta rápida por parte da administração do asilo, uma vez

que pessoas idosas e as que apresentam certas condições de saúde, como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes, conforme vem destacando a Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o início da pandemia.

Suspeita
O presidente da instituição, Luiz Adalberto dos Santos, conta que a primeira pessoa com suspeita da doença foi um funcionário, no dia 18 de abril. Naquela data, idosos que vivem no local já haviam sido internados com suspeita de covid-19.

"Já no dia 22 recebemos apoio da Secretaria de Saúde",

disse, em referência aos testes rápidos disponibilizados. "A primeira medida era testar, testar e testar."
Santos ainda sentiu necessidade de também aplicar testes PCR, para garantir que os resultados fossem precisos. Após mobilização, o Rotary Club da região fez uma doação dos kits de testes.

Até a tarde de ontem, dos 74 idosos residentes no asilo, três estavam internados em hospitais particulares e privados, 49 testaram positivo para covid-19, 24 negativo e outro aguarda o resultado.

Para frear o ciclo de transmissão, 38 moradores foram colocados sob regime de isola-

mento no próprio local e outros 28 foram levados para um hotel da cidade. Oito idosos que contraíram o vírus morreram.

O ciclo de contágio também ocasionou o afastamento de 13 dos 77 funcionários do asilo. No total, 28 empregados testaram positivo para covid-19, número que pode aumentar, considerando que outros esperam resultado.

Em boletim divulgado à imprensa, o Ministério da Saúde relaciona 168.331 casos confirmados de covid-19 no país. No balanço oficial, constam 11.519 mortes. São Paulo continua no topo da lista, com 46.131 casos confirmados e 3.743 óbitos. (Agência Brasil)

CESAR NETO
www.cesarneto.com



MÍDIAS

Jornalista desde 1990, Cesar Neto tem sua coluna (diária) de política publicada desde 1993 na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando, desde 1996, referência também na Internet, pelo site www.cesarneto.com ... No Twitter [@cesarnetoreal](https://twitter.com/cesarnetoreal) ...

CÂMARA (SP)

Os vereadores Irmãos, Arselino e Jair Tatto, comemoram o fato de somente os delegados do PT (ainda do Lulismo) poderem votar no próximo sábado, porque isso deve dar a vitória pro ex-deputado federal Jilmar Tatto na candidatura à prefeitura de São Paulo. O Lulismo e a pandemia COVID-19 mataram as prévias

PREFEITURA (SP)

Após o 2º dia do mega rodízio de veículos (chapas pares rodam nos dias pares e chapas ímpares rodam nos dias ímpares), demonstrou que nem o aumento da frota de ônibus dá conta das distâncias e isolamentos sociais, provocando mais críticas negativas que positivas. Bruno Covas (PSDB) é candidato à reeleição

ASSEMBLEIA (SP)

Ontem foi dia internacional da Enfermagem. No Brasil, os profissionais da Enfermagem - entre eles o deputado estadual (PODEMOS ex-PTN) Márcio da Farmácia lá lamentando as muitas mortes que seus colegas tiveram ao atenderem e salvarem vidas da pandemia COVID-19. "Eles e eu somos gente que veio do povo"

GOVERNO (SP)

João Doria (dono do novo PSDB) vai seguir firme e forte na sua caminhada pra candidatura à Presidência da República em 2022. Ele considera que o torço que não votou todo nas esquerdas e o outro que não votou todo em Bolsonaro seria o eleitorado conservador de centro que até lá poderá enxergar nele 'o cara'

CONGRESSO (BR)

Chegou a hora do deputado federal (SP) Marcos Pereira - presidente do REPUBLICANOS ex-PRB, partido ligado à Igreja Universal e à rede Record tv - mostrar sua condição de advogado, de 1º vice-presidente da Mesa Diretora e principalmente de quem agora tem a família Bolsonaro no seu partido, o que mais cresce

PRESIDÊNCIA (BR)

Jair Bolsonaro já entrou pra História do Brasil como o Presidente que mais causa - no cotidiano do país e no dia a dia da Política - entre todos os que já exerceram o cargo desde que a República foi 'inaugurada' em 15 novembro 1889. O cara é simplório, popular, fala e faz muitas coisas que o povo sempre quis ouvir

PARTIDOS (BR)

O PT (ainda sob o mando do Lulismo) aproveitou a pandemia do COVID-19 pra matar as prévias em São Paulo, decidindo que somente delegados votariam nos candidatos. A pesar do ex-senador Suplicy disputar, a chance é nula. A eleição é no sábado e o Lulismo decidirá se Jilmar Tatto vai ser candidato à prefeitura (SP)

JUSTIÇAS (BR)

Se o ministro (será aposentado dia 1º novembro 2020 quando completar 75 de idade) quiser sair pela porta da frente do Supremo, pode tocar o inquérito sem expor partes institucionais do vídeo da reunião Presidencial, no qual Bolsonaro teria interferido na Polícia Federal, segundo acusa Moro, ex-ministro (Justiça)

HISTÓRIAS (BR)

Ontem completaram 4 anos do Impedimento (no da cassação de quem está na Presidência da República) de Dilma Rousseff (ex-PT) Brizolista que entrou no PT pela porta lateral do Lulismo). Um bem bolado foi feito pra que ela não perdesse os direitos políticos. Disputou o Senado por Minas (2 cadeiras) e não foi eleita

Email: cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e
Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 -
Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,00
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP tem 206 novas mortes por coronavírus e um total de 3,9 mil vítimas fatais

Nas últimas 24 horas, 206 novas mortes por coronavírus foram confirmadas no Estado de São Paulo, que registrou na terça-feira (12) um total de 3.949 vítimas fatais da COVID-19. Cerca de 39% ocorreram em cidades do interior, litoral e Grande São Paulo, totalizando 1.544 óbitos.

Há também 47.719 pessoas infectadas em todo o Estado, sendo 19.037 fora da capital. A relação de casos e óbitos acumulados por cidade pode ser consultada em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

Das 645 cidades de SP, 424 têm um ou mais casos confirmados e houve pelo menos uma morte em 186 delas. Atualmente, há 9,9 mil pacientes internados em SP, sendo 3.818 em UTI e 6.083 em enfermaria. A taxa de



ocupação dos leitos de UTI reservados para atendimento a COVID-19 é de 69,1% no Estado de São Paulo e 85,7% na Grande São Paulo.

Perfil da mortalidade
Entre as vítimas fatais, estão 2.324 homens e 1.625 mulhe-

res. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 73,1% das mortes.

Observando faixas etárias analisadas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (957 do total), seguida por 60-69 anos

(896) e 80-89 (770).

Também faleceram 264 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (352 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (291), 30 a 39 (170), 20 a 29 (35) e 10 a 19 (10), e quatro com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (59,4% dos óbitos), diabetes (43,9%), doença neurológica (11,4%), doença renal (11,1%) e pneumonia (9,8%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológicas e hepáticas.

Esses fatores de risco foram identificados em 3.167 pessoas que faleceram por COVID-19 (80,2% do total).

Veja dicas de como aproveitar melhor aulas online

Para ajudar os educadores durante este período de quarentena e de aulas online, integrantes da Unidade de Ensino Superior e Graduação (Cesu) e do Grupo de Estudo de Educação a Distância (GEEaD) da Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec), prepararam algumas dicas que podem garantir melhor aproveitamento dos alunos.

"O formato digital é uma oportunidade para professores e alunos focarem valores como autonomia e inovação", afirma o diretor do GEEaD, Rogério Teixeira, sobre os aspectos positivos da experiência pela qual passam Etecs e Fatecs neste momento de isolamento social.

Para o diretor acadêmico da Cesu, André Braun, esta experiência vai contribuir para a transição do modelo tradicional de educação para um modelo híbrido, no qual parte dos cursos poderá ser oferecida no formato digital. "O distanciamento físico exige do educador um maior dinamismo e do aluno, uma postura menos passiva", complementa.

Veja as dicas dos profissionais e educadores:
1. Aproveite as aulas online para transmitir uma mensagem de acolhimento e retomar os vínculos com a turma. Lembre-se que, por enquanto, as aulas remotas serão o principal contato entre vocês.

2. Use o máximo de objetividade e clareza para se comunicar. Nos primeiros encontros remotos com os alunos seja direto e explique como vão funcionar as novas regras. Diga claramente, por exemplo:
- se haverá ou não chamada;
- se terá atividade individual ou em grupo
- como serão as avaliações;
- Mantenha sempre um canal aberto para avaliações e sugestões dos estudantes. As regras são importantes, mas podem ser flexíveis.

3. Explore outros formatos para as suas aulas, acrescentando, por exemplo, conteúdos gravados que podem ser indicados para exposição de matérias mais

complexas. A gravação permite que o professor se prepare previamente para resolver uma gráfica ou mapa relacionado ao tema do dia. Esse conteúdo ficará disponível para consulta na plataforma.

4. Conheça bem a plataforma Teams para usar as ferramentas com segurança e pertinença. Evite improvisos e aproveite os recursos disponíveis que possam ajudar nesta jornada.

5. Não se aventure. Por mais que você domine o assunto, o plano de aula é indispensável. Como no formato presencial, vale reforçar que a aula deve ter começo, desenvolvimento e fechamento.

6. Uma sugestão para manter a atenção dos alunos mesmo a distância é planejar a aula em três momentos principais: primeiro sensibilize e engaje a turma, explicando por que vai falar sobre aquele tema. Depois faça uma explanação do conteúdo e terceiro ponto é o fechamento, quando o aluno pode ser

estimulado a opinar sobre o assunto. Esta estratégia de sala certamente vai funcionar também no virtual.

7. Mescle momentos de explanação e de participação dos estudantes. Educação online não pode ter uma única. No ambiente digital a interação é essencial para manter a atenção do aluno e garantir audiência.

8. Explique aos alunos que as atividades práticas previstas na grade curricular serão dadas num outro momento. Sinalize que algumas demonstrações e simulados são possíveis e serão feitas com a ajuda da tecnologia. Já os experimentos e testes ficarão para o período de retorno à escola.

9. Procure encerrar este momento como uma nova experiência. Os alunos gostam de vídeos curtos e o isolamento social trouxe a tecnologia para a sala de aula. Esse ambiente virtual favorece o acesso a novos aprendizados e é uma mostra de como funciona o mercado de trabalho.

Isolamento social em São Paulo é de 48%, aponta Sistema de Monitoramento Inteligente

O Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP) do Governo de São Paulo mostra que o percentual de isolamento social no Estado foi de 48% na segunda-feira (11). Informações e gráficos podem ser consultados em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento.

A central de inteligência analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social. Com isso, é possível apontar em quais regiões a adesão à quarentena é maior e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras.

No momento, há acesso a dados referentes a 104 cidades maiores de 70 mil habitantes. O sistema é atualizado diariamente para incluir informações de municípios.

O SIMI-SP é viabilizado por meio de acordo com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM, e o Governo de São Paulo possui consultoria informacional agregada sobre deslocamento no Estado. As informações são aglutinadas e anonimizadas sem desrespeitar a privacidade de cada usuário. Os dados de georreferenciamento servem para aprimorar as medidas de isolamento social para enfrentamento ao coronavírus.

Sabesp instala lavatório no Hospital Municipal de Diadema

Parceria entre a Sabesp e o Hospital Municipal de Diadema construiu um lavatório para pacientes e frequentadores da unidade de saúde, facilitando a higienização das mãos e ajudando a

evitar a transmissão do novo coronavírus. O equipamento beneficia também visitantes do hospital e é mais uma medida adotada pela Companhia para colaborar no combate à COVID-19.

A Sabesp é responsável por montar a parte hidráulica e instalar a estrutura do lavatório. O Hospital de Diadema se responsabiliza pelo bom uso dos equipamentos e pela reposição de sabonete. Lavar as mãos é uma das formas de prevenção contra o vírus. A construção desse tipo de equipamento pela Sabesp tem o

objetivo de ajudar a população a manter os hábitos de higienização, inclusive na rua. O lavatório entrou em funcionamento no sexta-feira (8).

Em todo o Estado, a Sabesp já instalou mais de 200 lavatórios para ajudar no combate ao novo coronavírus. Em 65 cidades do interior e do litoral atendidas pela Sabesp, foram disponibilizados 164 lavatórios e 14 bebedouros. Na cidade de São Paulo, parceria entre a Prefeitura da capital e a Sabesp prevê a implantação de 100 lavatórios em comunidades mais vulneráveis. A Sabesp viabiliza a instalação hidráulica. Desde 17 de abril, já foram instalados 52 lavatórios, dos quais 10 na região central da capital.

Lembre sempre de lavar as mãos

BC projeta queda forte da economia no primeiro semestre deste ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) projeta forte queda da economia por causa do coronavírus. A informação foi divulgada na terça-feira (12), em Brasília, na ata da última reunião do Copom, que reduziu a taxa básica de juros, a Selic, em 0,75 ponto percentual, para 3% ao ano.

Segundo a ata, "embora haja poucos dados disponíveis para o mês de abril, há evidência suficiente de que a economia sofrerá forte contração no segundo trimestre deste ano".

Para o comitê, se não houver "avanços médicos" no combate à pandemia, "é plausível um cenário em que a retomada, além de mais gradual do que a considerada, seja caracterizada por idas e vindas".

"O cenário básico considerado pelo Copom passou a ser de uma queda forte do PIB (Produto Interno Bruto - soma de todos os bens e serviços produzidos no país) na primeira metade deste ano, seguida de uma recuperação gradual a partir do terceiro trimestre deste ano", diz a ata.

Limite mínimo para a taxa Selic

Segundo a ata, o comitê discutiu sobre a possibilidade de existência de um limite mínimo para a taxa Selic.

"A maioria dos membros ponderou que o limite seria significativamente maior em economias emergentes do que em países desenvolvidos, devido à presença de um prêmio de risco [retorno adicional cobrado por investidores para aceitar correr maior grau de risco]. Foi ressaltado que esse prêmio tende a ser maior no Brasil, dadas a sua relativa fragilidade fiscal e as incertezas quanto à sua trajetória fiscal prospectiva. Nesse contexto, já estaria próximo do nível onde reduções adicionais na taxa de juros poderiam ser acompanhadas de instabilidade nos mercados financeiros e nos preços de ativos", diz a ata.

Por outro lado, descreve o documento, um membro do Copom argumentou que, em princípio, não há razão para a existência de um limite mínimo, já que os efeitos de alterações da Selic na economia continuam "operantes, sem descontinuidades".

"O comitê como um todo reconheceu a importância de gradualismo na condução da política monetária para avaliação da resposta dos preços de ativos financeiros", concluíram os membros do Copom.

Inflação

Para o Copom, "o impacto da

pandemia sobre a economia brasileira será desinflacionário e associado a forte aumento do nível de ociosidade dos fatores de produção".

"A elevação abrupta da incerteza sobre a economia deve resultar em aumento da poupança precaucional e consequente redução significativa da demanda agregada", destaca.

Segundo o comitê, as projeções de curto prazo tiveram "revisões relevantes e incorporaram a perspectiva de deflação significativa nos próximos meses".

O Copom explica que "houve recuo adicional no preço do petróleo e queda acentuada nos preços do produtor doméstico de combustíveis, que seguirão repercutindo, nas próximas semanas, sobre os preços ao consumidor".

"Os resultados mais recentes dos índices de preços evidenciaram efeitos desinflacionários significativos sobre preços de serviços e de bens industriais", afirma.

Nos cenários para a inflação, foi considerado que o preço do petróleo (Brent) subirá cerca de 40% entre a média na semana anterior à da reunião do Copom e o final de 2020.

No cenário com trajetória para a taxa de juros extraída da

pesquisa Focus (mercado financeiro) e o dólar a R\$ 5,55, a inflação será de 2,4% em 2020 e 3,4% em 2021.

Esse cenário supõe trajetória de juros que encerra 2020 em 3,75% ao ano e se eleva até 5,75% ao ano em 2021. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 0,7% para 2020 e 3,9% para 2021.

No cenário com taxa de juros constante a 3,75% ao ano e taxa de câmbio constante a R\$ 5,55, as projeções ficam em 2,3% para 2020 e 3,2% para 2021. Nesse cenário, as projeções para a inflação de preços administrados são de 0,7% para 2020 e 3,8% para 2021.

Próximos passos

Para a próxima reunião, em junho, o Copom considera "um ajuste, não maior do que o atual [redução de 0,75 ponto percentual], para complementar o grau de estímulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da covid-19".

No entanto, o comitê disse que "novas informações sobre o atual [redução de 0,75 ponto percentual], para complementar o grau de estímulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da covid-19".

No entanto, o comitê disse que "novas informações sobre o atual [redução de 0,75 ponto percentual], para complementar o grau de estímulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da covid-19".

Volume de serviços cai 6,9% em março, maior recuo desde 2011

O volume do setor de serviços caiu 6,9% na passagem de fevereiro para março deste ano no país. Essa é a maior queda do indicador desde o início da série histórica, em janeiro de 2011. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recuo foi mais intenso no último terço do mês de março, quando começaram as

medidas de isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Na passagem de janeiro para fevereiro, o setor já havia tido uma queda de 1%. Na comparação com março do ano passado, a queda chegou a 2,7%.

No acumulado do ano, a queda é de 0,1%. Já no acumulado de 12 meses, o setor teve alta de 0,7%.

A receita nominal do setor caiu 7,3% de fevereiro para março e 1,1% na comparação com março do ano passado. No acumulado do ano, a receita cresceu 2,2% e, no acumulado de 12 meses, 3,9%.

A queda de 6,9% do volume de fevereiro para março foi acompanhada pelas cinco atividades pesquisadas, com destaque

para os serviços prestados às famílias (-31,2%), o recuo mais intenso da série, e por transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-9%).

Também tiveram quedas os serviços profissionais, administrativos e complementares (-3,6%), informação e comunicação (-1,1%) e outros serviços (-1,6%). (Agência Brasil)

Governo prorroga parcela de tributos que vencem em maio, junho e julho

Em decorrência da pandemia de covid-19, o Ministério da Economia prorrogou as prestações dos parcelamentos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimento em maio, junho e julho de 2020. A medida está na Portaria do Ministério da Economia nº 201, de 11 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (12).

A portaria prevê que as prestações dos parcelamentos ordinários e especiais serão prorrogadas da seguinte forma, sempre no último dia útil do respectivo mês: as com vencimento em maio de 2020 terão seu vencimento prorrogado para agosto de 2020; as com vencimento em junho de 2020 terão seu vencimento prorrogado para outubro de 2020; e as com vencimento em julho de 2020 terão seu vencimento prorrogado para dezembro de 2020.

O ministério esclarece que essa prorrogação, neste momento, não se aplica aos parcelamentos no âmbito do Simples Nacional pois esta decisão é de competência do Comitê Gestor do Simples Nacional. Está prevista reunião deste comitê na próxima sexta-feira (15) para deliberar sobre a prorrogação desses parcelamentos.

Segundo o ministério, a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional adota-

irão os procedimentos de suspensão do pagamento das parcelas para aqueles contribuintes que efetuam o pagamento por meio de débito automático em conta-corrente bancária.

Também serão suspensas, no período de maio a julho de 2020, retenções no Fundo de Participação dos Estados e Municípios referentes às prestações de parcelamentos desses entes federados. (Agência Brasil)

Demanda por bens industriais cai 11,9%, indica Ipea

O consumo aparente de bens industrializados caiu 11,9% em março deste ano na comparação com fevereiro. A informação foi divulgada na terça-feira (12), no Rio de Janeiro, pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e mede tanto a demanda pela produção interna do Brasil quanto as importações de bens industriais.

Segundo o Ipea, o consumo aparente de bens industriais em março foi 3% menor que no mesmo mês de 2019. Mesmo assim, os 12 meses encerrados em março apresentaram uma ligeira alta de 0,2%, na compara-

ção com o período anterior.

Com os dados de março, o primeiro trimestre do ano teve uma alta de 0,7% em relação aos mesmos meses de 2019.

A produção nacional de bens industriais caiu 14% em relação ao resultado de fevereiro, segundo a pesquisa, e as importações industriais recuaram 1,3% na mesma base de comparação.

A indústria de transformação foi mais atingida, com uma queda de 12,4% na demanda interna. Já a indústria extrativa mineral teve retração de 7,4% da demanda.

Números em queda

O segmento de veículos acabou queda de 34,3%, e outro destaque ficou com o recuo dos artigos de couro -32,3%. Entre 22 setores pesquisados, somente o de outros equipamentos de transporte e o de borracha e plástico tiveram resultados positivos na comparação com fevereiro. Em relação a março de 2019, o resultado foi mais positivo, com 10 segmentos anotando crescimento.

Na avaliação das categorias econômicas da indústria, a de bens de consumo duráveis teve a maior queda, de 28%. A indús-

tria de bens de capital teve retração de 15,1%, e a de bens intermediários, de 5,6%.

O mês de março foi o primeiro em que a transmissão comunitária do coronavírus havia sido confirmada no país. A circulação do vírus levou a medidas de isolamento social, forma de prevenção recomendada pela Organização Mundial de Saúde para evitar a sobrecarga do sistema de saúde. Segundo o governo de São Paulo, sem a quarentena, o estado poderia ter 40 mil mortes a mais. Em todo o país, a covid-19 fez mais de 11 mil vítimas. (Agência Brasil)

Previsão da safra de grãos cai, mas ainda é recorde, aponta Conab

A projeção da produção de grãos na safra 2019/2020 foi reduzida em 0,4%, na comparação com o levantamento de abril. Apesar dessa diminuição, a expectativa de safra é recorde, com 250,9 milhões de toneladas. Na comparação com o ciclo anterior, será 3,6% maior.

A informação está no 8º Levantamento da Safra 2019/2020, divulgado na terça-feira (12) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo a companhia, os problemas climáticos enfrentados pelos

produtores de soja e milho na Região Sul impediram a previsão de uma safra ainda melhor.

Soja

Na comparação com o levantamento de abril, a Conab reduziu a expectativa da safra de soja em 1,4%. Mas o levantamento aponta uma produção estimada em 120,3 milhões de toneladas, um aumento de 4,6% em relação à safra 2018/2019, e que deve ser recorde.

A produção de milho deve atingir 102,3 milhões de toneladas, alta de 0,5% na compara-

ção com a projeção de abril, e elevação de 2,3% na comparação com a safra 2018/2019. A expectativa é de queda de 1,5% em relação à safra passada, atingindo produção de 25,3 milhões de toneladas. Essa redução acontece por conta da falta de chuva no Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, que prejudicou o potencial produtivo das lavouras. No estado, houve redução de 4,3% nos níveis médios de produtividade, em relação à safra anterior.

A produção de feijão primei-

ra safra ficará em 1,08 milhão de toneladas, volume 8,9% superior ao produzido no período anterior.

Segunda safra

A Conab também elevou em 0,6% a segunda safra de milho, na comparação com abril, atingindo produção de 75,9 milhões de toneladas, apesar de problemas climáticos no Sudeste, em Goiás, no Paraná, em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso. Na comparação com a produção da safra 2018/2019, há expectativa de alta de 3,7% (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Cepal propõe seis meses de renda básica para mais pobres

Na América Latina e no Caribe, estimativas mostram que a pobreza pode chegar a atingir 215 milhões de pessoas em 2020, um aumento de quase 30 milhões de pessoas em relação a 2019, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Como alternativas para o enfrentamento aos efeitos sociais da doença, a Cepal propõe a criação de uma renda básica de emergência por seis meses para as populações mais vulneráveis, além de outras medidas de mitigação destes impactos.

Alicia Bárcena, secretária executiva da Cepal, divulgou na terça-feira (12) o 3º informe da instituição sobre as consequências da pandemia da covid-19 na região. O documento, intitulado "O desafio social em tempos de coronavírus", traz dados e análises sobre a fragilidade da América Latina e do Caribe diante da doença.

Segundo as estimativas do órgão, ligado às Nações Unidas, a região passaria de 30,3% de pessoas em situação de pobreza em 2019 para 34,7% em 2020, caso não sejam tomadas medidas econômicas de redução dos danos. Ou seja, a região passará de 186 milhões de pessoas para quase 215 milhões de pessoas na pobreza.

Para Bárcena, a proposta mais importante da Comissão para o atual momento é a criação de uma renda básica emergencial (ingresso básico emergencial - IBE, em espanhol), durante seis meses, para 215 milhões de pessoas em situação de pobreza. A ajuda consistiria em 143 dólares, alcançando 34,7% da população da região.

Segundo o documento, o investimento necessário para garantir o ingresso básico custaria aos governos um aporte de 3,4% do PIB. Atualmente, os governos têm injetado o equivalente a 0,7% do PIB em ajudas e apoio às populações mais vulneráveis.

Bárcena afirma que, apenas em evasões fiscais e sonegação de impostos, são consumidos cerca de 6,3% do PIB regional. "Nos acreditamos que há espaço para fazer isso na região (a criação do IBE). Poderíamos chegar na evasão fiscal, que nessa região custa 6,3% do PIB. Esse é um espaço imediato, que devemos ocupar o quanto antes e que é mais elevado do que o gasto médio dos governos com educação, que é 4% do PIB, e com saúde, 2,2% em saúde".

A Cepal defende ainda, a longo prazo, a criação de uma renda básica universal, que pudesse abarcar todas as pessoas das classes mais pobres, permanentemente. Bárcena defende que a proposta fortaleceria o estado de bem-estar social e aumentaria a produtividade da região. "O que a renda básica traz para as pessoas é liberdade para não estar na sobrevivência, às vezes muito precária. Portanto, dá às pessoas a liberdade de incursionar em outros âmbitos mais produtivos e mais rentáveis", afirmou a secretária, que ressalta que uma proteção social universal deve incluir a saúde, as aposentadorias, o seguro-desemprego.

A fragilidade histórica do estado de bem-estar, para Bárcena, limita as respostas à pandemia. "O acesso aos sistemas de saúde é fragmentado. Os grupos vulneráveis estão fora do sistema previdenciário. Mais da metade da população economicamente ativa é informal, de acordo com a OIT [Organização Internacional do Trabalho], e não tem proteção laboral, não tem acesso à saúde, a aposentadorias, 53% dos trabalhadores remunerados da região não estão registrados, regulados ou protegidos por nenhum marco legal ou normativo".

O relatório aponta a proibição das demissões e a proteção dos empregos durante a pandemia como ações fundamentais, além do teletrabalho, segurança laboral, protocolos especiais para cada ramo de atividade, proteção de salários, concessão de licenças de saúde, e etc.

O informe afirma que, com a pandemia de covid-19, vai haver aumento não só da extrema pobreza, mas também da desigualdade na região da América Latina e Caribe. Bárcena cita Argentina, Brasil, Equador, México e Nicarágua como países que terão sua pobreza muito aumentada. No entanto, as medidas tomadas pelo Brasil, como o pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais, foram citadas como uma importante ação na proteção social.

Além desse aumento na quantidade de pobres, o informe analisa ainda diversos efeitos sanitários e socioeconômicos, de acordo com os grupos populacionais e as capacidades de resposta diante da pandemia. "Há grupos que não podem trabalhar à distância, que lhes falta água, não há saneamento e portanto têm maiores riscos de infecção, sobretudo nas populações mais pobres e vulneráveis. E também há maior risco de morte para essas populações, pois têm doenças preexistentes, pulmonares, cardiovasculares, diabetes, e muitas vezes falta de atenção médica. Os mais afetados são os trabalhadores informais, especialmente as mulheres, os jovens, os indígenas, os afrodescendentes e os migrantes", detalhou a secretária.

"Nos últimos anos, grandes grupos populacionais saíram da pobreza extrema e passaram para a pobreza ou para a classe média baixa. Houve uma mobilidade social nos anos 2000. Mas a partir da pandemia, haverá um retrocesso muito importante, onde vamos ver que os extratos extremamente pobres, que eram 67 milhões em 2019, aumentam para 88 milhões em 2020. Há uma espécie de movimento de pessoas em direção a pobreza novamente", afirmou Bárcena.

"Não queremos voltar a ter outra década perdida. Nos anos 1980 perdemos muito. Levamos 25 anos para recuperar os níveis de pobreza, que não eram bons. Estamos falando de 40% da população na pobreza, mas chegamos a ter quase 50% da população na pobreza na década de 80. Levamos 14 anos para recuperar o PIB per capita que tínhamos no início da década. Esse retrocesso pode nos custar 13 anos. O que fizemos hoje nos permitirá não cair novamente em outra década perdida", afirma Bárcena.

Para a secretária, é necessário mudar definitivamente a relação do mercado e da sociedade. "Precisamos de um futuro diferente, onde não predomine o mercado, também não predomine o estado, mas que tem haver um equilíbrio para gerar bens públicos e uma infraestrutura mais inclusiva, uma nova forma de viver e um novo estilo de desenvolvimento". (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Programa de redução de salário preserva mais de 7 mi de empregos



MAURICIO PICAZO GALHARDO
VETERINÁRIO
O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.996 que prorroga por dois anos o contrato de 269 médicos veterinários do Ministério da Agricultura. A lei decorre de Medida Provisória. Os profissionais foram contratados via concurso público em 2017 para atuarem pelo prazo de dois anos.

SEGURO RURAL
O Ministério da Agricultura, divulgou a relação de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) até abril. No primeiro quadrimestre do ano, foram disponibilizados R\$ 200 milhões no apoio ao seguro rural, valor quase três vezes superior ao mesmo período de 2019, quando foram aplicados R\$ 73 milhões.

REGULARIZAÇÃO
A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), hoje composta por 295 membros do Congresso Nacional, requereu, no dia 17, aos líderes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Rodrigo Maia e David Alcolombe, respectivamente, que seja colocada em votação a Medida Provisória da Regularização Fundiária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cra) informa que mais de 900 mil famílias brasileiras aguardam por aprovação da proposta.

INTEGRIDADE
Organizações do setor agropecuario poderão se inscrever para a premiação do Selo Mais Integridade, edição 2020/2021, até o dia 3 de agosto de 2020. Criado em 2018, o Selo reconhece as empresas e cooperativas do agronegócio que adotam práticas de integridade sob a ótica da responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, ética e cidadã, o comprometimento em inibir a fraude, o suborno e a corrupção.

DESAFIOS
Conectividade, aprimoramento contínuo das leis do agro, representatividade institucional e acesso livre a capitais para investimento. Estes são alguns dos pontos considerados essenciais por analistas para que o agro brasileiro possa se tornar, no futuro, um líder mundial em segurança alimentar. O tema foi debatido no seminário online "As perguntas do agro pós-pandemia", realizado pela Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e coordenado pelo acadêmico e ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

SAFRA DE CANA
O primeiro levantamento da safra 2020/21 de cana-de-açúcar indica que o setor deve destinar mais cana para a produção de açúcar do que na safra passada. A expectativa é de que sejam produzidas 35,3 milhões de toneladas, com um crescimento de 18,5% em relação ao da última safra e que teve encerramento em março.

TRIGO/ARGENTINA
Colheita recorde de grãos de inverno prevista na Argentina. O trigo terá uma expansão produtiva de 12% em relação ao ciclo anterior, com um volume recorde de 21 milhões de toneladas devido "fundamentalmente ao aumento da produção por hectare". A campanha 2020/21 de trigo e cevada alcançará um recorde de produção de cerca de 25 milhões de toneladas, com ganhos de exportação esperados de US\$ 3.635 milhões, estima hoje a Bolsa de Cereais de Buenos Aires (BCBA).

AZEHES
Produtores e consumidores ganham um aliado importante para assegurar a qualidade dos produtos e a confiabilidade das informações contidas nos rótulos. Uma importante conquista para a cadeia produtiva e consumidores de azeites foi alcançada nesta semana, através de assinatura da portaria do Governo Federal, que oficialmente credencia o Laboratório de Análises de Azeites da Embrapa Clima Temperado (Pelotas, RS).

INTEGRAIS
A ausência de critérios de composição e rotulagem em produtos à base de cereais integrais tem resultado em informações variadas entre fabricantes e consumidores, o que induz ao engano. Diante desse contexto, o assunto ganhou especial atenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que abriu consulta pública até 15 de junho sobre requisitos para identificação como integral e para destaque dos ingredientes integrais na rotulagem dos alimentos contendo cereais.

LEITE
Diversos produtores de leite do Paraná vêm relatando que as indústrias lácteas não estão honrando os valores estabelecidos pelo Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conseleite-PR), utilizados como referência na negociação da matéria-prima leite. Desde que foram impostas as medidas de isolamento social para contenção da coronavírus, os consumidores aumentaram sensivelmente a demanda por produtos lácteos entre final de março e início de abril.

EDITOR
O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 62 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior: na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio e agora tem esta coluna semanal de notícias do agronegócio em geral. Também é autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@hotmail.com



O programa de redução temporária de salários e de suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19) ajudou a preservar 7.206.915 de empregos, divulgou na terça-feira (12) a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Segundo o órgão, os valores a serem pagos de complementação de renda totalizam R\$ 12,73 bilhões.

Os números referem-se até a 4ª de terça-feiras. Segundo o Ministério da Economia, 569 mil empregadores aderiram ao programa, a maioria empresas de pequeno porte.

Segundo as estatísticas disponíveis no site criado pelo ministério para divulgar as informações sobre o programa, 52% dos acordos (3.757.862) referem-se a trabalhadores de micro e de pequenas empresas, que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. As médias e grandes empresas, com faturamento superior a esse valor, respondem por 44% dos acordos (3.143.775). Os empregados domésticos e trabalhadores intermitentes totalizam 4% dos acordos (305.278).

Os acordos de suspensão de contratos representam 54,9% do total, o que equivale a 3.956.915 empregos. Em relação aos casos de redução de jornada, 17,2% dos acordos (1.239.084) estabelecem redução de 50% dos salários com o recebimento de 50% do seguro-desemprego, e 13,4% dos acordos (964.073) foram fechados para reduzir o salário em 25% com a complementação de 25% do seguro-desemprego.

Um total de 12,2% (879.774) dos acordos prevêm a redução de 70% dos salários com o pagamento de 70% de seguro-desemprego. Os casos de trabalhadores intermitentes, que recebem R\$ 600 por três meses quando o contrato estiver "inativo", correspondem a 2,3%, o equivalente a 167.069 empregados.

Segundo as estatísticas do Ministério da Economia, os estados que registraram o maior número de benefícios emergenciais foram São Paulo (33,3%), Rio de Janeiro (10,1%), Minas

Gerais (9,5%), Rio Grande do Sul (5,4%) e Paraná (5,4%). A pasta prevê que o programa preservará até 8,5 milhões de empregos em todo o país e custará R\$ 51,2 bilhões nos próximos três meses.

Equivalente a uma parte do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido sem justa causa, o benefício emergencial (BEm) é concedido a trabalhadores que tiverem jornada reduzida ou contrato suspenso, conforme a Medida Provisória 936. Nos acordos individuais, o percentual do seguro-desemprego equivale à redução salarial proposta pelo empregador. Os trabalhadores intermitentes recebem uma ajuda de R\$ 600. (Agência Brasil)

Governo comprará R\$ 69,1 mi em EPI para policiais e agentes de prisões

Por meio de uma compra emergencial, o Ministério da Economia adquirirá R\$ 69,1 milhões em equipamentos de proteção individual (EPI) para policiais, agentes de segurança e agentes penitenciários com dispensa de licitação. Os itens serão repassados a órgãos de segurança da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Numa única contratação, a pasta adquirirá itens como luvas, álcool em gel, óculos de proteção, máscaras e sapatilhas descartáveis por meio da Central de Compras. A aquisição visa a atender o correspondente a 45 dias de operação, cabendo ao Ministério da Justiça e Segurança Pública articular a distribuição do material aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

A compra foi possível por meio da Medida Provisória 951,

que possibilitou a compra conjunta de materiais de saúde ou itens e serviços relacionados à pandemia com dispensa de licitação. Segundo a MP, as licitações na modalidade pregão (presencial ou eletrônico), realizadas no Sistema de Registro de

Preço, passam a ser consideradas compras nacionais, liberando a qualquer órgão federal, estadual ou municipal aderir à uma ata de registro de preço.

Segundo a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, o Ministério da Justiça e Segu-



Enzo Marcellini/Contraste/Imagem

rança Pública fez um levantamento das necessidades dos agentes operacionais com atuação em campo. A compra pretende fornecer EPI para 850 mil agentes de segurança, 110 mil agentes penitenciários e 10 mil encarcerados. Na União, serão atendidas a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal e o Departamento Penitenciário Nacional.

Desde o início de fevereiro, quando a Lei 13.972/2020 autoriza a dispensa de licitação em compras públicas durante a pandemia, o governo federal gastou R\$ 1,77 bilhão na aquisição de insumos e serviços relacionados ao combate ao novo coronavírus. Mais de 3.117 dispensas foram realizadas até o momento desde a publicação da lei, segundo o site do Ministério da Economia que permite o acompanhamento diário das compras emergenciais. (Agência Brasil)

PF é acionada para investigar clonagem de cartões de pagamento da Capes

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC), acionou a Polícia Federal para investigar a clonagem de cartões utilizados por pró-reitores e coordenadores de projetos de pós-graduação. As irregularidades podem somar R\$ 1,8 milhão em recursos que seriam utilizados na pesquisa científica no país.

Segundo a Capes, os valores já estão sendo estornados pela bandeira dos cartões, sem prejuízo aos pesquisadores. Ao todo, 188 cartões de coordenadores que participam do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) podem ter sido clonados para a realização de saques indevidos.

Desde 2018, a Capes oferece 700 cartões para o programa. As clonagens teriam ocorrido principalmente em ações de compra pela internet em sites fora do país. O cartão é usado no custeio de material de laboratório e de missões de trabalho relacionados à pesquisa científica desenvolvida pelos pesquisadores da Capes.

O uso do cartão é pessoal e intransferível. Como são utilizados

de apenas por pró-reitores e coordenadores de projetos, todos os beneficiários estão no Brasil. Para aquisição de materiais no Brasil, só é possível usar a função de débito ou sacar os recursos. Caso haja a necessidade de aquisição de insumos no exterior, é possível comprar em qualquer moeda.

A Capes e o Banco do Brasil, operador do cartão, determinaram o bloqueio imediato da funcionalidade "uso no exterior" em todos os cartões. A providência deve vigorar até que sejam implementados novos procedimentos.

Por outro lado, são esperadas quedas de 6,7% na produção do milho (97,1 milhões de toneladas) e de 2% no algodão herbáceo (6,8 milhões de toneladas). Também deve ter queda o feijão (-1,9%). (Agência Brasil)

IBGE: safra de grãos deve fechar 2020 com alta de 2,3%

A safra de cereais, leguminosas e oleaginosas deve fechar 2020 em 247 milhões de toneladas, 2,3% acima da produção de 2019, ou seja, 5,5 milhões de toneladas a mais. A estimativa de abril, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é também 0,8% maior

do que a previsão feita pela pesquisa de março (1,9 milhão de toneladas a mais).

A área colhida deve ser de 64,5 milhões de hectares, ou seja, 2% acima da área de 2019 e 0,2% acima da previsão de março.

Entre as principais lavouras de grãos do país, na comparação com 2019, são esperados aumentos de 6,7% na produção de soja (que deverá fechar o ano em 121 milhões de toneladas) e de 3,5% no arroz (10,6 milhões de toneladas). Estimam-se ainda altas de 5,9% na produção de sorgo e de 19,4%

Legal notices including: ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES; GAIA SECURITIZADORA S.A.; EDITAL DE LICITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS; EDITAL REGIONAL III - SANTO AMARÉ; EDITAL DE LICITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.

Maioria dos governadores manterá academias e salões fechados

Governadores de diversos estados decidiram que vão manter fechados salões de beleza, barbearias e academias de ginástica, mesmo com o decreto presidencial que inclui esses serviços na lista de atividades essenciais durante a pandemia da covid-19. O texto foi publicado na segunda-feira (11) em edição extra do Diário Oficial da União.

Como justificativa, os governadores defendem o isolamento social para evitar o avanço do novo coronavírus e lembram decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na semana passada, definiu que cabe aos governos estaduais e municipais estabelecer medidas restritivas de locomoção e coordenação das atividades dentro de suas fronteiras, sem o aval do governo federal.

O presidente Jair Bolsonaro vem se manifestando há várias semanas pela reabertura dos comércios e, diante da decisão do STF, ampliou os serviços essenciais. Já foram incluídos, além de supermercados, farmácias e infraestrutura, outros segmentos, como construção civil e, agora, salões, barbearias e academias.

Em sua conta no Twitter, Bolsonaro justificou a medida afirmando que a intenção é "atender milhões de profissionais, a maioria humildes, que desejam voltar ao trabalho e levar saúde e renda à população".

Nordeste
Por meio do Twitter, o governador do Piauí, Wellington Dias, declarou que o estado não abrirá esse dois tipos de estabelecimentos comerciais. "Vamos continuar seguindo as medidas adotadas até o momento, com foco na ciência, mantendo o isolamento social, que é a melhor alternativa para o que estamos vivendo agora".

O governador de Alagoas, Renan Filho, também anunciou por meio de sua conta no Twitter que manterá salões e academias fechados no estado até o dia 20 de maio. "O Decreto 69.722 mantém fechados segmentos da economia cujo funcionamento

gera aglomeração e proximidade entre as pessoas. Essa é uma forma de diminuir o avanço do contágio da covid-19 em Alagoas", publicou.

Camilo Santana, governador do Ceará, também usou o Twitter e seguiu a mesma linha. "Informo que, apesar de o presidente baixar decreto considerando salões de beleza, barbearias e academias de ginástica como serviços essenciais, esse ato em NADAALTERA o atual decreto estadual em vigor no Ceará, e devem permanecer fechados. Entendimento do Supremo Tribunal Federal", postou.

Também no Twitter, o governador da Bahia, Rui Costa, afirmou que não vai acatar o previsto no decreto presidencial. "As nossas medidas restritivas serão mantidas respeitando critérios científicos reconhecidos mundialmente. A Bahia vai ignorar as novas diretrizes do Governo Federal. Manteremos nosso padrão de trabalho e responsabilidade. O objetivo é salvar vidas. Não iremos nos afastar disso", pontuou.

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, decretou quarentena em cinco municípios da região metropolitana de Recife a partir de sábado. "Precisamos aumentar o isolamento social para evitar o crescimento acelerado da doença. Estudos apontam que o isolamento social salvará quase 3,5 mil vidas", afirmou em vídeo publicado pelo governo em redes sociais. Os serviços essenciais continuam funcionando de acordo com o decreto anterior, que prevê estabelecimentos como supermercados, farmácias e padarias.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), questionou se o presidente tornaria "andar de jet ski" uma atividade essencial, em referência ao passeio de Bolsonaro no fim de semana em Brasília. Diante das críticas do presidente aos governadores que rejeitam abrir salões e academias, Dino afirmou novamente em sua conta no Twitter que a decisão visa a "atropelar a forma de sua conta no Twitter

tado garantido pela Constituição".

No Rio Grande do Norte, o decreto de isolamento válido até o dia 20 de maio já havia previsto a liberação de salões e barbearias, mas proíbe as academias de ginástica. À Agência Brasil, a assessoria do governo do estado afirmou que esse arranjo será mantido.

Até a publicação do texto, os governos da Paraíba e de Sergipe não informaram sobre o posicionamento a ser adotado em seus estados.

Norte
O governador do Pará, Helder Barbalho, disse que as atividades previstas no decreto permanecerão fechadas no estado. "Diante do decreto do Governo Federal, que considera salões de beleza, academias de ginástica e barbearias como serviços essenciais, reafirmo que aqui no Pará essas atividades permanecerão fechadas. A decisão é tomada com base no entendimento do STF", publicou, em sua conta no Twitter.

No Amapá, Waldez Góes também manteve as regras definidas para o estado. "Apesar do decreto do Governo Federal, incluindo academias de ginástica, salões de beleza e barbearias como serviços essenciais, informo que está mantido o fechamento destas atividades no Amapá. Respeitando assim o entendimento do STF sobre o caso", comentou, em sua conta no Twitter.

A assessoria do governo informou que Rondônia também manterá os estabelecimentos fechados. Os serviços essenciais serão os já definidos: "aquele, sanitizadores, supermercados, caixas eletrônicos, clínicas de atendimento na área da saúde, farmácia, consultórios veterinários, postos de combustíveis, atacados, distribuidoras, indústrias, oficinas mecânicas, autopeças e serviços de manutenção".

O governador do Amazonas, Wilson Lima, não fez menção direta à decisão, mas anunciou por meio de sua conta no Twitter

que se reuniria com representantes da indústria e do comércio para adotar medidas mais restritivas. Ele informou que há um plano de abertura a alguns serviços, sem detalhar quais, mas este está condicionado aos números de casos e óbitos.

"O objetivo é salvar vidas e se não houver redução comprovada nos registros de casos, de pacientes graves e óbitos, não há como promover reabertura. Ao contrário, podemos, seguindo orientações da área de SAÚDE, promover mais restrições para que as pessoas fiquem em casa", disse Lima.

O governo do Tocantins informou à Agência Brasil que a definição de serviços essenciais é prerrogativa dos municípios e que já possui decreto recomendando às cidades o distanciamento social ampliado.

O posicionamento do governador do Rio Grande do Sul não foi repassado à reportagem até a publicação do texto.

Sudeste
No Rio de Janeiro, o governo do estado informou que não vai acatar o decreto presidencial. "Portanto, todas as medidas restritivas já impostas permanecem em vigor até 31 de maio, conforme previsto em decreto do governador Wilson Witzel. Estão mantidos o fechamento de escolas públicas e privadas, creches e instituições de ensino superior, de eventos esportivos, culturais, shows, feiras científicas, entre outros, em local aberto ou fechado. Academias, centros de lazer e esportivos e shoppings também devem permanecer fechados, bem como a população fluminense não deve frequentar praias, lagoas, rios, piscinas públicas e clubes.

Em Goiás, o governador Ronaldo Caiado afirmou, em uma entrevista ao diário O Popular, que o decreto presidencial não terá efeito no estado. Segundo ele, as atividades essenciais continuam sendo hospitais, farmácias, supermercados e indústrias do setor de alimentos.

À Agência Brasil, o presidente do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, disse que academias, barbearias e salões de beleza seguirão fechados. Uma decisão da juíza Kátia Balbino Ferreira, da 3ª Vara Cível da Justiça Federal do Distrito Federal, proibiu a ampliação do funcionamento das atividades além das que já estão permitidas, como farmácias, supermercados e distribuidoras. "Tenho a maior boa vontade de atender ao presidente, mas tem uma decisão judicial da 3ª Vara Federal que me impede de reabrir estes estabelecimentos", disse.

Procurado, o governo de Mato Grosso informou que o decreto em vigor no estado não determinou o fechamento de comércio, mas apenas estabeleceu orientações sanitárias. A assessoria do governador Mauro Mendes ressaltou que a decisão de fechar estabelecimentos e adotar medidas de isolamento social é das próprias prefeituras. "O governo do estado não determinou fechamento de estabelecimentos comerciais. O Decreto 462/2020 tem caráter orientador a respeito das medidas de combate ao novo coronavírus. No entanto, os prefeitos têm autonomia para deliberar sobre as medidas e as decisões cabem a eles".

Em Mato Grosso do Sul, a assessoria do governo também informou que o decreto estadual em vigor, editado em março de 2020, não prevê a suspensão de eventos esportivos, culturais, shows, feiras científicas, entre outros, em local aberto ou fechado. Academias, centros de lazer e esportivos e shoppings também devem permanecer fechados, bem como a população fluminense não deve frequentar praias, lagoas, rios, piscinas públicas e clubes.

Em Minas Gerais, o governador Romão Zema também afirmou, por meio de uma postagem no Twitter, que a flexibilização do funcionamento do comércio cabe aos gestores municipais. "A decisão de reabertura de estabelecimentos, como salões de beleza e academias, é de cada prefeito, que deve analisar o cenário da saúde na cidade, como já decidiu o STF. O decreto federal que considera esses serviços como essen-

ciais não altera a autonomia de gestão dos municípios", postou.

A assessoria do governo de São Paulo informou, por meio de nota, que o decreto federal assinado ontem por Bolsonaro está sendo analisado e que o próprio governador se manifestará sobre o assunto em entrevista marcada para esta quarta-feira (13).

"O Centro de Contingência do covid-19 em São Paulo está, desde ontem, analisando tecnicamente o decreto federal que torna essenciais os serviços de salões de beleza, barbearias e academias. Além disso, em outra frente, a Procuradoria Geral do Estado analisa juridicamente o decreto. As considerações serão apresentadas, nesta quarta-feira (13), ao governador João Dória. A decisão será anunciada na sequência, em coletiva de imprensa desta quarta", informa a nota.

Sul
Em live para atualizar as medidas de combate ao novo coronavírus, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, comentou o decreto do presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, não há mudanças nas regras em vigor, que seguem um modelo de distanciamento social diferenciado em cada região do estado, que são classificados por cores, conforme a gravidade da pandemia.

"A essencialidade de um serviço não significa que ele possa abrir em quaisquer condições. Nosso protocolo do distanciamento controlado já prevê a possibilidade de funcionamento dessas atividades nas regiões que estão com bandeira amarela e laranja, com restrições de acordo com o que apontam os estudos do que essas atividades têm de risco de contágio", disse.

Arreportagem da Agência Brasil segue em contato com os governos do Paraná e de Santa Catarina para confirmar a posição de cada um sobre o decreto que inclui academias, salões de beleza e barbearias como atividades essenciais. (Agência Brasil)

Câmara aprova MP que extingue Fundo de Reservas Monetárias

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (12), por unanimidade em votação simbólica, a extinção do Fundo de Reservas Monetárias (FRM) administrado pelo Banco Central (BC) e o repasse de seus recursos, cujo valor é estimado em R\$ 8,6 bilhões, para a Conta União para ser usado no combate à pandemia do novo coronavírus. Pela proposta, os valores deverão ser usados por estados e municípios para a aquisição de materiais de prevenção à propagação do novo coronavírus.

A extinção do FRM foi proposta pelo governo federal com a Lei Provisória (MP) 909/19. O texto agora segue para análise do Senado. Se a proposta não for votada até o dia 18 de maio, perderá a validade.

O texto encaminhado pelo Executivo determina que os valores do fundo deveriam ser usados para o pagamento da dívida pública federal, para ajudar no cumprimento da Regra de Ouro em 2020.

Os deputados aprovaram o substitutivo do relator, deputado Luiz Miranda (DEM-DF), que prevê que os recursos sejam distribuídos na proporção de 50% para os estados e o Distrito Federal e de 50% para os municípios, de acordo com regras a serem estipuladas pelo Poder Executivo, que "deverá considerar, ainda que não exclusivamente, o número de casos observados de covid-19 em cada ente da Federação".

O texto determina ainda que os valores só serão repassados aos entes que apresentarem um protocolo de atendimento e demais regras estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao apresentar o relatório, o deputado argumentou que na época de edição da MP ainda não havia a pandemia do novo coronavírus e que os recursos, agora, são mais necessários para a Saúde.

"Estamos pegando R\$ 8,6 bilhões e colocando a disposição da Saúde, com o objetivo de atender os estados e municípios que estão respeitando a OMS para salvar vidas", disse Miranda.

Para facilitar o controle e o acompanhamento dos gastos, o projeto determina que as contratações ou aquisições realizadas com os recursos do fundo terão que ser disponibilizadas em uma página da internet específica, contendo o "nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição".

Fundo de Reservas Monetárias

A lei que criou o FRM determinava que a receita líquida do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) fosse destinada à formação de reservas monetárias que deveriam ser aplicadas, pelo Banco Central em ações de intervenção nos mercados de câmbio e de títulos. As reservas também eram destinadas à assistência a instituições financeiras.

A extinção do fundo atendeu a uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para respeitar o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal que proibiu o uso de recursos públicos no socorro a instituições financeiras. (Agência Brasil)

Brasil tem 881 mortes registradas em 24h e 72.597 recuperados

O Brasil teve 881 novos registros de mortes nas últimas 24h e chegou a 12,4 mil. O resultado representou um aumento de 7,6% em relação a segunda-feira, quando foram contabilizados 11.519 falecimentos pela covid-19. O balanço diário foi divulgado no início da noite de terça-feira (12) pelo Ministério da Saúde. Já os novos casos confirmados foram 9.258, totalizando 177.589. O resultado marcou um acréscimo de 5,4% em relação a segunda-feira, quando o número de pessoas infectadas estava em 168.331.

Do total de casos confirmados, 92.593 (52,1%) estão em acompanhamento e 72.597 (40,9%) foram recuperados. Há ainda 2.050 mortos em investigação.

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de falecimentos (3.949). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (1.928), Ceará (1.280), Pernambuco (1.157) e Amazonas (1.098).

Além disso, foram registradas mortes no Pará (864), Maranhão (423), Bahia (225), Espírito Santo (212), Paraíba (154), Alagoas (150), Minas Gerais (127), Paraná (113), Rio Grande do Sul (111), Rio Grande do Norte (92), Amapá (86), Santa Catarina (73), Goiás (52),

Acre (51), Rondônia (50), Piauí (49), Distrito Federal (46), Sergipe (37), Roraima (50), Mato Grosso (19), Tocantins (14) e Mato Grosso do Sul (11).

Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o secretário-substituto de Vigilância em Saúde, Eduardo Macário, apresentou a nova plataforma de disponibilização de dados sobre a pandemia. O site continuou disponibilizando dados atualizados diariamente de casos confirmados, mortes e recuperações, número de falecimentos por pessoas infectadas.

Essas informações são detalhadas por região e por estado. Foram adicionadas novas informações, como o número de recuperados e a mortalidade. Os recuperados passaram a ser informados diariamente desde a troca no comando do Ministério da Saúde.

Na plataforma, são publicadas também dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), grupo de infecção onde a covid-19 se insere. Contudo, deixaram de ser atualizados diariamente os números totais de hospitalizados por SRAG, hospitalizados com covid-19 e hospitalizados com SRAG em investigação.

Falecidos casos
Eduardo Macário informou que há 39 casos identificados no

sistema de informação nacional antes do primeiro dia, 26 de fevereiro. O Ministério da Saúde pediu para que secretarias estaduais façam investigação mais detalhada para analisar como se coram esses casos e transmissão.

"No Sive grip temos mais de 100 mil casos nesses primeiros quatro meses. Queremos entender melhor, [para saber] se trata-se de erros de digitação. Para não certificarmos que se coram esses casos, precisamos da contribuição das secretarias estaduais e municipais", disse o secretário.

Profissionais de saúde
A secretária de gestão do trabalho do Ministério da Saúde, Mayra Ribeiro, anunciou que a pasta começará um levantamento dos profissionais de saúde contaminados e mortos em razão da covid-19. A equipe do ministério comentou que pretende lançar um boletim epidemiológico com o detalhamento sobre a situação desses profissionais. Até o momento, há 884 trabalhadores da área registrados no sistema com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), sendo 276 hospitalizados.

Ela informou que o programa de recrutamento de trabalhadores de saúde Brasil Conta Comigo já cadastrou 931 mil pessoas. Deste total, 431 mil já se

dispuseram a atuar em estados e cidades que tenham esta demanda. O primeiro município a solicitar auxílio foi Manaus, para onde foram enviados 377 profissionais.

Mayra informou que começou a ser disponibilizado para os profissionais um apoio psicológico. Entre os trabalhadores enviados a Manaus, em 6% já foram encontradas situações de ansiedade e depressão.

"Temos que ter cuidado com nossos profissionais para que estejam aptos a enfrentar a pandemia. Eles precisam de mais suporte emocional para continuar atuando", observou a secretária.

A secretária respondeu a questionamentos sobre o atraso no pagamento das bolus de residência médica, realizado hoje por entidades que reúnem esses pesquisadores. Ela informou que atualmente há 22 mil residências. Ela justificou afirmando que as bolus são devolvidas quando há inconsistências nos dados bancários. Nesta situação, o Ministério da Saúde entra em contato com instituição de ensino ou residente. "Como os sistemas de pagamento abrem uma vez, quando recebemos a correção esperamos até que o sistema abra para poder reincluir-los", respondeu Mayra Ribeiro. (Agência Brasil)

Brasil bate recorde com tensões no Brasil e no exterior

Em meio a tensões no Brasil e no exterior, o dólar aproximou-se de R\$ 5,90 e voltou a bater recorde. O dólar comercial encerrou a terça-feira (12) vendido a R\$ 5,866, com alta de R\$ 0,042 (+0,71%). Este é o maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação

do real. O giro comercial fechou a R\$ 6,37, com alta de 1,26%. A libra comercial encerrou o dia vendida a R\$ 7,22, com alta de 0,54%.

O dólar estava em queda até pouco antes das 15h, quando se encerrou a exibição, na sede da

Policia Federal, do vídeo de uma reunião ministerial realizada no fim de abril. O vídeo é parte do inquérito que investiga declarações do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro. Na máxima do dia, por volta das 16h, encostou em R\$ 5,89. A divisa acumula alta de

46,17% em 2020. O Banco Central (BC) interferiu pouco no mercado. A autoridade monetária fez um leilão de contratos novos de cerca de US\$ 500 milhões de swap cambial - que equivalem à venda de dólares no mercado futuro. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos